



Validação de incentivos é aprovada

Senado dá o primeiro passo para acabar com a guerra fiscal, como é conhecida a disputa entre os estados para atrair investimentos

O placar foi amplamente favorável ao projeto da senadora Lúcia Vânia, que convalida os benefícios de ICMS concedidos em

desacordo com norma do Confaz. Foram 63 votos a favor, 7 contrários e 1 abstenção. O texto recebeu duas emendas em Plenário e vai para a Câmara. **3**



Moreira Maniz/Agência Senado

Em sessão presidida por Renan Calheiros, senadores aprovam proposta, que agora segue para análise dos deputados

Fundos de pensão podem ser alvo de investigação 7

CPI das Próteses terá 3 etapas de trabalho 6

Brasil ganha novo embaixador nos Estados Unidos 2

Biodiversidade é primeiro item na pauta do Plenário 2

Começa hoje ciclo de debates sobre educação básica 8

Ministro busca solução para perdas de fundo da ciência

Cerca de 40% das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico provinham

de recursos do petróleo e foram transferidas para saúde e educação. Ministro disse que busca solução. **8**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Observado por Cristovam, Aldo Rebelo fala sobre prioridades do ministério



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador Delcídio (C) presidiu audiência para debater as medidas provisórias do ajuste fiscal enviado pelo Executivo

MPs poderão sofrer mudanças, diz governo

Durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, os ministros do Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência, Carlos Gabas, admitiram alterações nas Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014, que promovem mudanças em direitos

previdenciários e trabalhistas.

Sindicalistas e especialistas ouvidos pelas comissões que analisam as duas propostas reclamaram que não foram consultados pelo governo antes do envio das MPs ao Congresso. **4 e 5**

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Senado aprova embaixadores para EUA, Jordânia e Índia

Plenário avalizou indicações da Presidência. Prioridade de Luiz Alberto Figueiredo, que representará o Brasil em Washington, é favorecer parcerias entre empresas e institutos de pesquisas dos dois países

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a indicação de Luiz Alberto Figueiredo para exercer o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Também foram aprovadas as indicações de Francisco Carlos Soares Luz, para a Jordânia, e de Tovar da Silva Nunes, para a Índia (e, cumulativamente, o Butão). A aprovação dos embaixadores será comunicada pelo Senado à presidente Dilma Rousseff.

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no dia 26, Figueiredo anunciou a intenção de criar na embaixada em Washington um observatório de inovação capaz de iden-

tificar setores de ponta nos quais empresas e institutos de pesquisa dos dois países possam trabalhar em conjunto. Ele pretende ainda promover um forte trabalho de promoção comercial. A seu ver, a retomada da economia dos EUA e a desvalorização do real frente ao dólar podem favorecer o crescimento das exportações brasileiras para o país.

Na mesma reunião, Luz disse que a Jordânia exerce um papel estratégico no Oriente Médio e pode ser considerada um “oásis de estabilidade em uma zona altamente conflituosa”, além de importante posto de negociação diplomática. Como lembrou o embaixador,

a Jordânia tem um relacionamento especial com Israel e “grande resiliência política”. Passou pela Primavera Árabe “muito tranquilamente” e, após promover reformas políticas, passou a ser o segundo país mais democrático da região, depois de Marrocos.

Em sabatina no dia 31, Nunes disse que o maior desafio das relações entre o Brasil e a Índia está na área comercial. Ele informou que o comércio entre os dois países tem crescido. Passou de US\$ 400 milhões em 2000 para US\$ 11,4 bilhões em 2014, mas ainda está aquém das possibilidades. Além disso, afirmou, a balança é desfavorável ao Brasil.

Plenário acata voto de pesar pela morte de Thomaz Alckmin, filho do governador de SP

O Plenário do Senado aprovou voto de pesar pela morte de Thomaz Alckmin, filho do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, em acidente de helicóptero no dia 2. A sessão deliberativa de hoje foi remarcada para às 11h para que os senadores pudessem ir à missa de sétimo dia de Thomaz, que era piloto e morreu em um voo de teste.

— Um jovem que sempre foi apaixonado pela aviação, como piloto, e que de forma tão precoce perdeu a sua vida ao lado dos quatro outros passageiros do helicóptero — disse Cássio Cunha Lima (PB), que apresentou o voto de pesar.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também prestou solidariedade à família.

— Diante de tragédias como esta sabemos que as palavras são insuficientes. Esta tragédia é uma tragédia dolorida, difícil de superar para todos, especialmente para os pais, uma perda como esta nos segue por toda a vida e é irreparável — disse.

Tasso Jeressaiti (PSDB-CE), Marta Suplicy (PT-SP), Lídice da Mata (PSB-BA), João Capiberibe (PSB-AP), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Walter Pinheiro (PT-BA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ana Amélia (PP-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Blairo Maggi (PR-MT), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e José Agripino (DEM-RN) também lamentaram a tragédia e manifestaram pesar à família de Geraldo Alckmin.

Vanessa saúda o Dia do Jornalista e pede volta da exigência do diploma na profissão

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou o Dia do Jornalista, comemorado ontem, apoiando a luta da categoria pela aprovação da lei que exige diploma de nível superior em jornalismo para o exercício da profissão. A proposta de emenda constitucional está na Câmara.



Vanessa discorda da posição do Supremo Tribunal Federal, que, em 2009, aboliu a exigência do diploma alegando que feria a liberdade da expressão.

— Pelo contrário, o jornalismo é a apuração e difusão dos fatos e ideias do interesse público — destacou.



Figueiredo, que representará o Brasil nos EUA; Luz, indicado para a Jordânia; e Nunes, que atuará na Índia e no Butão

À espera de informações, comissão adia sabatina

A Comissão de Relações Exteriores adiou as sabinas de três diplomatas que estavam marcadas para ontem. Os senadores aguardarão até que o Itamaraty encaminhe informações sobre os custos das embaixadas no exterior, conforme requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Os ministros indicados são Evaldo Freire, para a Guiné Equatorial, Antônio Carlos de Salles Menezes, para o Togo, e João Alberto Dourado Quintaes, para o Mali, países que têm uma “representatividade econômica muito pequena para o comércio bilateral com o Brasil”, segundo Tasso.

— Que façam o levantamento de algumas embaixadas pequenas, principalmente as abertas nos últimos anos nos governos Lula e Dilma, para que estudássemos se são realmente essenciais a longo prazo para a política externa, comercial e estratégica brasileira — afirmou.

O senador destacou o aumento nas despesas para o erário com a variação cambial do dólar nos últimos meses.

O requerimento teve o apoio de outros senadores do PSDB, entre eles José Serra (SP), que avaliou o momento atual como de “maior aperto orçamentário da história do Itamaraty”, com

atraso de pagamentos de subsídios à moradia dos diplomatas por todo o mundo:

— Temos o direito de ter as informações para efeito da participação do Senado nas decisões de política externa. Temos essa competência constitucional.

Raimundo Lira (PMDB-PB) pediu que as próximas liberações sobre indicações de embaixadores sejam feitas apenas com a antecipação desses esclarecimentos.

O presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), lembrou que o ministro Mauro Vieira já havia se comprometido a enviar as informações.

Lei da Biodiversidade será analisada às 12h

O novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015), que tramita em regime de urgência, é o primeiro item da pauta de hoje no Senado. O presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que as votações terão início às 12h.

Além do texto-base, serão analisados destaques que tratam de pontos que não têm consenso, como repartição de benefícios pelo uso de elementos da biodiversidade. Caso seja aprovado com alterações no Senado, o projeto retornará à Câmara para revisão.

A proposta simplifica as regras para pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas ou tradicionais.

O texto recebeu parecer favorável de quatro comissões. O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Jorge Viana (PT-AC), apresentou o voto em Plenário.

— Essa matéria é da maior importância para o país. Há uma expectativa enorme junto à comunidade científica, ao setor produtivo ligado às indús-

trias cosmética, farmacêutica e química. Todos têm relação direta com esta matéria, que também diz respeito ao conhecimento tradicional, aos povos indígenas — afirmou.



Para Jorge Viana, relator, aprovação do texto é esperada por vários setores

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Biodiversidade**
11h Senadores analisam o projeto de lei da Câmara (PLC 2/2015) que cria o novo Marco Legal da Biodiversidade. Às 14h, sessão deliberativa ordinária.
- PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária**
11h Sessão deliberativa extraordinária para votar o novo Marco Legal da Biodiversidade.
- CI Ministro Eduardo Braga**
8h30 Comissão de Serviços de Infraestrutura promove audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, que apresentará os planos para o setor.
- CAS Ministro Arthur Chioro**
9h A Comissão de Assuntos Sociais ouve o ministro da Saúde, Arthur Chioro, sobre sua atuação na pasta. Antes, discute seis projetos, como o que trata da profissão de quiropraxista.
- CDR Sudene**
9h Audiência pública trata da atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Em seguida, analisa oito proposições.

- CCJ STM e CNJ**
10h Comissão sabatina indicados para compor o Superior Tribunal Militar e o Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, analisa oito projetos.
- CE Fundeb**
10h Comissão debate as propostas de reformulação, perspectivas e desafios do financiamento da educação básica no Brasil.
- MP 668/2015 PIS e Cofins**
14h30 Audiência pública sobre a MP que eleva as alíquotas do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação.
- MP 664/2014 Pensão por morte**
14h30 Comissão debate a MP que altera as regras para a concessão da pensão por morte e auxílio-doença.
- MP 665/2014 Seguro-desemprego**
14h30 Comissão promove audiência sobre a MP que altera regras para pagamento de seguro-desemprego.
- MP 663/2014 Requerimentos**
15h Apreciação de requerimentos sobre a MP 663/2014, que aumenta o limite de repasse da União ao BNDES e à Finep.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto que pretende colocar fim à guerra fiscal entre os estados e tranquilizar empresas beneficiadas recebe duas emendas e segue, agora, para a Câmara dos Deputados

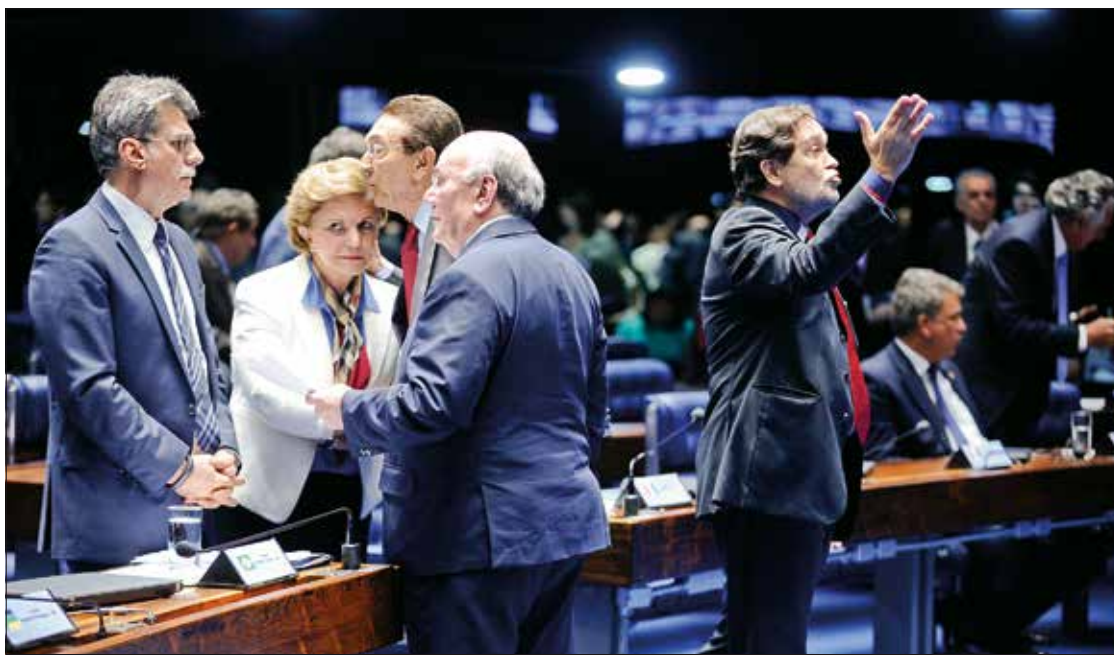
Senado aprova convalidação de incentivo fiscal

APÓS SEMANAS DE intensa discussão entre os parlamentares e negociações com o Ministério da Fazenda, o Plenário do Senado aprovou ontem a convalidação dos incentivos fiscais concedidos pelos estados. Foram 63 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção. Duas emendas apresentadas em Plenário foram incorporadas ao texto, que segue agora para a Câmara dos Deputados.

O PLS 130/2014, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), torna válidos os benefícios fiscais que os estados oferecem a empresas para que se instalem em seus territórios, gerando emprego e renda.

Os benefícios precisam ser aprovados por unanimidade pelos estados com assento no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Muitos desses incentivos foram oferecidos em desacordo com essa norma, provocando disputa entre os estados para atrair investimentos, conhecida como guerra fiscal.

Após a aprovação do PLS 130, o Plenário rejeitou pedido de inversão de pauta apresentado pelos senadores paulistas, Marta Suplicy (PT), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) e José



Plenário do Senado, em movimentada sessão deliberativa, conseguiu dar o primeiro passo nas negociações sobre ICMS

Serra (PSDB). O PLC 15/2015 — Complementar, que altera o indexador da dívida dos estados, continua como terceiro item da pauta, após o projeto da Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015).

A proposta de convalidação, que já havia sido aprovada no ano passado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi votada na forma de substitutivo oferecido pelo relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Além de regularizar os incentivos fiscais concedidos, o texto muda as

regras para a oferta de novos, acabando com a exigência de unanimidade no Confaz. Agora é necessária a anuência de dois terços dos estados ou de um terço dos estados de cada região.

Também são apresentadas normas que os benefícios concedidos deverão seguir a partir da vigência das novas medidas, como condicionantes para sua validade e prazo máximo de duração.

Duas emendas, uma de Lúcia Vânia e outra de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foram

aprovadas. A de Ferraço destaca os incentivos concedidos para as atividades comerciais, que poderão se estender por até cinco anos. Na versão anterior do projeto, o prazo permitido era apenas um ano.

Já a emenda de Lúcia Vânia anula as punições previstas em lei para estados que concederam incentivos sem autorização do Confaz. O objetivo é evitar que as empresas tenham que pagar o ICMS caso os incentivos que recebiam sejam considerados ilegais. O projeto também

busca evitar que o ICMS não pago aos estados de origem seja posteriormente cobrado pelos estados de destino.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), advertiu os colegas de que é necessário não encerrar o assunto apenas na aprovação da convalidação. Ele defendeu ampla reforma do ICMS

— Temos uma lição de casa grande pela frente. A reforma do ICMS é 70% da reforma tributária. Passa pelo Senado, pelo governo federal, pelos estados e pelo Confaz — alertou.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) mostrou-se preocupado com a tramitação na Câmara. Propôs condicionar a rápida análise da convalidação pelos deputados à aprovação, pelo Senado, do novo indexador das dívidas dos estados e municípios. Assim, acredita, será possível garantir agilidade.

A única abstenção registrada na votação foi a do próprio relator do projeto, Luiz Henrique. Informou que os integrantes do Confaz lhe pediram para aguardar até dia 11 a reunião dos secretários estaduais de Fazenda, que tentarão um consenso sobre o tema. O seu voto de abstenção seria a forma de honrar o acordo.

Na avaliação dos críticos, projeto é insuficiente, apesar de necessário

Aprovado com larga margem, o projeto não escapou de críticas de parlamentares que o consideram incompleto. Em defesa da proposta, outros senadores afirmaram que ela é extremamente benéfica às regiões menos competitivas, que precisam promover a própria industrialização. Para os críticos, a convalidação é um passo necessário, mas será prejudicial se não vier acompanhada de outras medidas.

— A solução dos problemas ligados à balbúrdia do ICMS não se esgota nesse projeto. É preciso que ele venha acompanhado da redução da distância entre as alíquotas interestaduais, de modo a retirar o combustível da guerra fiscal. Outro componente é a adoção por parte do governo federal da sua responsabilidade, que são os fundos destinados a compensar os estados que viessem a ter perdas nessa convergência de alíquotas — explicou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

José Serra (PSDB-SP) admitiu que não praticar a convalidação e tentar cobrar

os impostos devidos pelas empresas seria “como pretender devolver a pasta de dente para dentro do tubo” — ou seja, impossível.

— No momento em que se vota a convalidação e mais nada, as outras cláusulas desse entendimento não vão ser votadas — alertou.

Marta Suplicy (PT-SP) advertiu que o Senado estaria promovendo uma votação “que vai ficar manca e dar confusão ainda por muitos anos”. Lindbergh Farias (PT-RJ) disse temer uma guerra fiscal ainda maior porque “governos e empresas estariam estimulados a esperar uma nova futura convalidação”. Ele também chamou a atenção para uma possível insegurança jurídica.

— A questão iria para o STF, que é o terreno menos fértil para quem defende a convalidação — disse.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou voto favorável, na esperança de “estímulo à reforma do ICMS”, mas manifestou preocupação com novo descontrole na concessão de incentivos que o projeto poderia trazer.

Texto alivia “efeitos nefastos” da guerra fiscal, diz autora da proposta

Autora do projeto original, Lúcia Vânia (PSDB-GO) rebateu as críticas dizendo que o assunto já foi debatido no Senado “à exaustão”. Ela considerou urgente a aprovação da convalidação, mesmo sem outras medidas que promovam uma reforma fiscal federativa.

— Os efeitos nefastos da guerra fiscal precisam ser mitigados urgentemente. Será o início do processo que exterminará a divergência entre os estados. É nosso dever evitar que as consequências permaneçam sem resposta legislativa.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse não acreditar que a aprovação da convalidação ampliaria a insegurança jurídica sobre o assunto:

— Neste momento de turbulência política e insegurança econômica, não podemos deixar empresas que se estabeleceram na boa-fé em condição de dúvidas. É questão de justiça.

Senadores que representam o Nordeste fizeram as defesas mais veementes da proposta, ressaltando que sua região seria a mais beneficiada por não ter ainda condições de competir com o Centro-Sul para sediar empresas.

José Agripino (DEM-RN) afirmou que os incentivos são a “legítima defesa de um estado desprotegido”, lembrando suas experiências como governador do Rio Grande do Norte. Ele disse que a concessão de benefícios para atrair empresas é como trocar imposto por emprego. Walter Pinheiro (PT-BA) comentou, em aparte ao colega, que, ainda que os estados nordestinos não renunciem ao ICMS, eles provavelmente não o teriam de forma plena, pela falta de aquecimento econômico em decorrência da ausência de indústrias.

— Vossa Excelência abriu mão de algo que não iria receber, porque, se não tivesse o incentivo, a fábrica não iria para lá. Os empregados são pessoas em condições de consumir e de manter a economia funcionando.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) comparou a concessão de benefícios a “comprar empregos” e que, sem ela, o Nordeste e o Norte “não terão a menor chance de terem um processo de industrialização”. Para Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a ausência de um plano de desenvolvimento regional prejudica a região.

Indexador continua na pauta e reforma do ICMS pode ser adiada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou que, além do projeto de convalidação de incentivos aprovado ontem, estão na pauta do Plenário, em regime de urgência, o PLC 2/2015, que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade (*leia mais na página 2*), e a mudança no indexador das dívidas dos estados e municípios (PLC 15/2015 — Complementar).

Já o projeto de Resolução 1/2013, que trata da reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e o aporte dos recursos federais que irão compor a uniformização das alíquotas deverão ser analisados em maio, segundo o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele se reuniu na segunda-feira com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que fez o pedido para o adiamento.

Jucá informou que, embora haja um texto pronto sobre o tema, a resolução ainda precisa ser ajustada pelas lideranças partidárias. De acordo com ele, o governo estuda criar uma espécie de fundo de compensação para cobrir as perdas dos estados provocadas com a reforma do ICMS.

Sindicatos pedem mais diálogo sobre MPs

O debate sobre a Medida Provisória 665/2014 uniu o coro dos sindicalistas, que cobraram do Poder

Executivo conhecimento sobre a proposta antes do envio ao Congresso. Especialistas ouvidos em audiência na comissão

mista da MP 664/2014 também apontaram falta de diálogo na discussão de mudanças nos direitos previdenciários.

REPRESENTANTES DE CENTRAIS sindicais criticaram o governo ontem por não ter negociado o texto da Medida Provisória (MP) 665/2014 antes de enviá-la ao Congresso. A medida altera as regras do seguro-desemprego e do abono salarial, que tiveram o tempo de contribuição para o primeiro acesso ampliado de 6 para 18 meses.

— Fomos pegos de surpresa. Ficamos sabendo pela imprensa das medidas adotadas — disse o secretário de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Quintino Severo.

Severo e outros sindicalistas participaram do debate realizado pela comissão mista que analisa o texto e lembraram que o governo havia se comprometido, no ano passado, a não mexer em nenhum direito trabalhista sem antes ouvir as centrais. A MP foi editada no fim do ano passado e faz parte do chamado ajuste fiscal, que inclui ainda as MPs 664/2014 e 668/2015 e o Projeto de Lei 863/2015.

— Fiquei perplexo com o governo por iniciar o processo de ajuste com a área mais vulnerável, que é a do trabalho — destacou o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah. Segundo ele, as centrais estavam abertas

ao diálogo e poderiam ter apresentado sugestões para melhorar o texto, evitando o desgaste político provocado pela edição da medida provisória.

Fraudes mínimas

Além da falta de diálogo, os representantes das centrais negaram que as fraudes sejam responsáveis pelo aumento dos gastos com o benefício, uma das alegações do Executivo para editar a medida.

Quintino Severo, que também preside o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), disse que as “fraudes são mínimas” diante dos números do sistema e que já vêm sendo combatidas com a adoção de medidas administrativas, como a identificação biométrica nos saques do benefício.

O presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio dos Santos Neto, disse que o aumento da fiscalização é a forma mais eficaz para combater tanto as fraudes como a rotatividade no mercado de trabalho quando há substituição de um empregado por outro no mesmo posto. Ele alertou sobre o déficit de auditores do trabalho.

— O Ministério do Trabalho encontra-se sucateado — disse.

Durante a audiência, o presidente da Força Sindical, Miguel



O senador Paulo Rocha (3º à esq.), relator da MP 665/2014, recebeu representantes de centrais sindicais em debate

Torres, propôs a criação de impostos sobre grandes fortunas, sobre lucros e dividendos, sobre a remessa de dividendos para o exterior e sobre aviões e embarcações de luxo.

— O governo poderia arrecadar muito mais sem mexer em nenhum direito dos trabalhadores — argumentou.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Carlos Eduardo Silva, disse que a MP exclui 70,2% dos trabalhadores rurais com carteira de trabalho do acesso ao benefício. São pessoas contratadas por safra, com contratos inferiores há um ano.

— Se antes havia uma dificuldade, agora certamente eles serão excluídos — disse.

Relator: governo errou ao não negociar com centrais texto sobre seguro-desemprego

O relator da Medida Provisória 665/2014, senador Paulo Rocha (PT-PA), disse que o governo errou ao enviar o texto ao Congresso sem antes dialogar com as centrais sindicais. O senador participou de audiência da comissão mista que discute a MP, que tornou mais rígido o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

A falta de uma discussão prévia foi uma das principais críticas das centrais durante o debate desta tarde.

— Foi um erro o governo não dialogar com os vários

setores dos trabalhadores — afirmou Paulo Rocha.

O relator pediu, porém, um voto de confiança das centrais para negociar um texto com o governo que não traga prejuízos para os trabalhadores. Segundo ele, o parecer vai “beneficiar a economia, mas sem deixar que a conta desse sacrifício fique com os trabalhadores”.

O deputado Padre João (PT-MG) disse que o texto da MP, do jeito que está, enfrenta resistência dentro do PT, partido da presidente Dilma Rousseff.

Especialistas questionam mudanças previdenciárias por meio de medidas provisórias

Expositores disseram, em debate ontem na comissão mista do Congresso que analisa a MP 664/2014, que o governo federal errou ao optar por medida provisória em vez de projeto de lei para mudar as regras sobre a concessão de pensão por morte. Segundo os especialistas presentes, a opção da presidente Dilma Rousseff restringiu o diálogo nas Casas legislativas, já que o instrumento da medida provisória, que possui força de lei, produz efeitos imediatos, mesmo antes de aprovação pelo Congresso.

— O governo federal errou em três dimensões: falta de diálogo; por optar pela medida provisória em vez de um projeto de lei; e, por fim, pelo conteúdo da matéria — disse o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz. Para ele, são medidas excessivas que traem as bases trabalhistas que sempre sustentaram o governo de Dilma Rousseff.

Para o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o governo não respeitou os trabalhadores e nem o Congresso, já que não houve diálogo.

— Irei trabalhar, incansavelmente, para derrubar essa matéria — afirmou.

O senador Donizeti Nogueira (PT-TO) crê que a medida corrige distorções.

— Sou da base do governo e não vejo que a presidente entrou em contradição. Ela disse que iria corrigir as distorções e está fazendo. São ajustes necessários — disse.

O deputado Carlos Marun (PMDB-MS) disse que ainda não tem posição consolidada diante da proposta, mas observou:

— No grande momento do Programa Minha Casa, Minha Vida, não se encontrava pedreiro para tocar o programa, mas encontrava-se pelo interior do país milhares de pessoas gozando o seguro-desemprego.

Para o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, medidas que melhorem a gestão e a qualidade da Previdência são bem-vindas:

— Essas medidas devem fazer sentido em relação à estratégia geral do Estado.

“Governo foi corajoso”

Para o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Caetano, a medida adotada pelo governo foi corajosa. Ele observou que o sistema brasileiro de pensões

proporciona benefícios maiores que países com a relação PIB per capita três vezes superiores à do Brasil:

— Na Alemanha, se uma pessoa fica viúva até os 45 anos, terá direito a dois anos de pensão. Na Suécia, se uma pessoa jovem fica viúva, terá pensão por um período que lhe permita se inserir no mercado de trabalho. Aqui é vitalícia. E lá, para se ter este direito, o tempo mínimo de contribuição é de cinco anos.

Pelas suas contas, mesmo que o governo consiga aprovar as modificações, os efeitos para a Previdência só começarão a apresentar resultados em 2018.

O deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) assinalou:

— Então por que esta pressa da medida provisória?

Conforme a MP 664/2014, desde março o benefício da pensão por morte só será concedido ao cônjuge que comprove no mínimo dois anos de casamento ou união estável. Antes não havia exigência de período mínimo de relacionamento. A MP também altera regras do auxílio-doença. Entre outras mudanças, o texto estabelece que os primeiros 30 dias de licença médica serão pagos pelo empregador, em vez dos 15 dias até então em vigor.

(Da Agência Câmara)



Presidente de comissão mista, Pimentel (3º à esq.) comandou audiência sobre a MP 664/2014

Novas regras sobre benefícios previdenciários podem ser negociadas, disse Gabas. Manoel Dias, do Trabalho, afirmou que Congresso decidirá prazo do seguro-desemprego

Ministros admitem alterações em propostas

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os ministros do Trabalho, Manoel Dias, e da Previdência, Carlos Gabas, admitiram alterações nas Medidas Provisórias (MPs) 664/2014 e 665/2014, que integram o ajuste fiscal. A MP 664, que recebeu 517 emendas de parlamentares, altera regras de benefícios previdenciários, como pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-reclusão. A MP 665, que teve 233 emendas no Congresso, modifica o acesso a seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso.

Gabas disse ter “absoluta compreensão” de que as regras estabelecidas na MP 664 “são passíveis de negociação, de alterações e de adequações”. Manoel Dias assegurou que há um consenso entre empregadores e trabalhadores no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) de que “alguma coisa” tem de ser feita para que a saúde financeira do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do próprio FAT “não corra qualquer risco”.

O ministro referia-se à ampliação do prazo de 6 para 18 meses de trabalho ininterrupto na primeira solicitação do seguro-desemprego, previsto na MP 665. Segundo Dias, é o

Congresso que vai decidir o tempo — no caso, se mantém o requisito original da medida provisória ou se adota uma solução intermediária, como 8 meses, defendida por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

— É uma mudança muito violenta para ser feita numa época de crise econômica como esta em que estamos vivendo. Vários países exigem apenas 12 meses. Não existe razão para que nós venhamos a exigir 18 meses — sugeriu Tasso.

Negociação

A possibilidade de mudanças foi defendida inclusive por parlamentares da base governista, como Gleisi Hoffmann (PT-PR), que apresentou cinco emendas à MP 664 e duas à MP 665. Na audiência, a senadora defendeu algumas dessas mudanças, como a que viabiliza a aposentadoria com menos tempo de contribuição das donas de casa com mais de 60 anos.

Gleisi, Omar Aziz (PSD-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudaram a disposição do governo de negociar alteração na nova regra do seguro-defeso, benefício de um salário mínimo concedido a pescadores artesanais. Na redação original, a MP 665 veda o acúmulo desse seguro com benefícios assistenciais,



Delcídio do Amaral (C) preside debate com Marcelo de Siqueira Freitas (Previdência), Gabas, Raimundo Lira e Dias

como Bolsa Família. Omar explicou que o entendimento evolui no sentido de, concluindo o prazo de recebimento do seguro-defeso, retornar a Bolsa Família ao assistido.

Fator previdenciário

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) disse que todos, no Congresso, sabem da urgência da votação das medidas como uma resposta ao esforço do governo para equilibrar as contas. O senador lembrou, porém, a posição do presidente do PSB, Carlos Siqueira, de que as bancadas no Senado e na Câmara estão dispostas a dialogar com o governo com a condição de colocar em de-

bate e em votação a extinção do fator previdenciário.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse endossar as declarações de Bezerra quanto à necessidade de extinção do mecanismo, criado em 1999. Segundo Valadares, o fator previdenciário, ao levar em conta o tempo de contribuição, a idade do segurado e a expectativa de vida, “impõe uma condição social bastante desfavorável ao trabalhador”.

— É uma fórmula complicada. Só falta colocar cálculo integral, trigonometria, para complicar mais ainda aquela fórmula estrambótica do cálculo da aposentadoria com o fator previdenciário. Portanto, eu sou favorável ao pronunciamento [de Fernando Bezerra Coelho], representando o PSB, pela extinção do fator previdenciário — disse o senador.

Em resposta, Carlos Gabas considerou o debate sobre o tema “maduro na sociedade”. Segundo ele, há o compromisso da presidente Dilma Rousseff de restabelecer mesa de debates com as centrais sindicais e depois com o restante da sociedade.

— Eu só posso dizer que é impossível hoje retirar o fator previdenciário e não colocar nenhuma regra no lugar [dele] que possa garantir a sustentabilidade da Previdência Social — afirmou.

O ministro observou que o Brasil é um dos poucos países no mundo — “são dois ou três”, disse — que não estabelece idade mínima para aposentadoria. Ele se referia ao Regime Geral de Previdência Social, dos trabalhadores da iniciativa privada, já que as regras para aposentadoria de servidores públicos já estabelecem limites de idade para homens e mulheres.

Auxílio-reclusão

Blairo Maggi (PR-MT) perguntou a Gabas se não havia, no conjunto de medidas, ne-

nhuma previsão de alteração no auxílio-reclusão. O senador observou que, da mesma forma que alguém se inscreve um pouco antes de morrer a fim de deixar o benefício para os dependentes, o preso poderá mandar alguém ao INSS para registrá-lo e ele passa a ter esse direito. O auxílio-reclusão é pago à família do contribuinte da Previdência que se encontra recluso por ter cometido algum crime.

O ministro explicou que o benefício é previsto no artigo 80 da Lei 8.213/1991 nas mesmas condições da pensão por morte. Na avaliação do ministro, as alterações na pensão por morte são, portanto, extensivas ao auxílio-reclusão. A MP 664 estabelece tempo mínimo de dois anos de contribuição para o acesso à pensão previdenciária por morte do contribuinte.

Pensão por morte

José Medeiros (PPS-MT) observou que a MP 664 introduziu “grandes alterações” na concessão das pensões por morte, como a instituição de carência e a redução no valor e na duração do benefício. Medeiros cobrou regras de transição na aplicação das mudanças.

Além de instituir o prazo mínimo de dois anos de contribuição para o acesso ao benefício, a MP acabou com o caráter vitalício da pensão por morte e limitou a 60% o valor recebido por cônjuge sem filhos. Para receber 100%, o cônjuge precisa ter quatro filhos ou mais.

— Não seria mais prudente fazer com que a legislação fosse aplicada de forma gradual? — questionou o senador.

Gabas esclareceu que as atuais pensões não sofrerão nenhuma modificação — as alterações são para o futuro, “porque não se pode mexer numa situação preestabelecida”, explicou o ministro.

Senadores criticam momento para reformas

A oportunidade das mudanças introduzidas pelas Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014 nas regras de seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão gerou polêmica na audiência pública com os ministros da Previdência, Carlos Gabas, e do Trabalho, Manoel Dias, ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que as mudanças poderiam ter sido feitas no “tempo da bonança, porque o vento a favor bateu na vela do Brasil de maneira muito forte ao longo dos últimos anos, e nós não aproveitamos esse vento a favor para fazer essas reformas”.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que

as mudanças são inadequadas no “período de recessão” enfrentado pelo Brasil. Segundo o senador, as medidas poderiam ter sido adequadas até no ano passado. Entretanto, “por motivos eleitorais”, não foram adotadas.

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) atribuiu a fraudes os problemas enfrentados pela Previdência Social. Para o senador, o combate às irregularidades é “uma briga constante”. A fraude, acrescentou, continua demasiada.

Ataídes afirmou que Gabas, por ser um técnico conhecedor da Previdência Social, “tem toda condição de consertar esse gigante”.

— Ali não é para botar políticos, favores políticos, ali é para botar pessoas com competência — disse.



Omar Aziz, Tasso Jereissati e Fernando Bezerra Coelho destacam necessidade de negociar mudanças nas MPs 664 e 665

Jefferson Rudy/Agência Senado



Magno Malta, presidente da CPI, apresenta o plano de trabalho da comissão ao lado de Humberto Costa, relator

CPI das Próteses ouvirá autoridades da saúde

Plano de trabalho aprovado ontem pela comissão definiu três etapas de investigação para desbaratar a máfia que estaria vendendo próteses cirúrgicas ao Sistema Único de Saúde a preços superfaturados

A CPI DAS Próteses, que investiga irregularidades envolvendo próteses cirúrgicas, começará suas atividades ouvindo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e o próprio Ministério da Saúde. O plano de trabalho aprovado ontem também prevê audiência no Rio Grande do Sul, onde o programa *Fantástico*, da TV

Globo, apurou a denúncia.

O plano de trabalho da CPI terá três fases: a apuração no Sul, onde deve ser ouvido o jornalista autor da reportagem sobre a “máfia das próteses”; depoimentos de fabricantes, importadores e fornecedores, além de associações médicas; e autoridades na área de saúde e audiências com pessoas envolvidas nas denúncias.

— Nós vamos estimular

muita gente a dar depoimento e a denunciar, porque estamos vendo milhões e milhões de reais de recursos da saúde pública e da saúde suplementar sendo objeto de fraude — disse o relator da CPI, senador Humberto Costa (PT-PE).

Foram aprovados também pedidos para que o Ministério Público, a Polícia Federal e o Ministério da Saúde possam acompanhar a investigação.

Senado pode investigar fraudes no Conselho de Recursos Fiscais

Requerimento de abertura de CPI para investigar organizações criminosas que agiam no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foi apresentado ontem por Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O requerimento já tem 32 assinaturas. A fraude foi alvo da Operação Zelotes, realizada pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, Corregedoria do Ministério da Fazenda e Receita Federal.

A denúncia é de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros manipulavam julgamentos no conselho para reduzir cobranças de tributos devidos e anular multas aplicadas pelo fisco.

— Estudo preliminar indica que o rombo deve superar os R\$ 30 bilhões — ressaltou Ataídes.



Moreira Moritz/Agência Senado

Caiado quer apurar supostas irregularidades no BNDES

O líder do DEM, senador Ronaldo Caiado (GO), colheu assinaturas nos últimos meses para criar uma CPI destinada a apurar denúncias sobre o BNDES. Segundo ele, o banco é uma “caixa preta” maior que a Petrobras. Entre as supostas irregularidades, devem ser investigados empréstimos concedidos a países da África, América Latina e Caribe, que teriam mais “vinculação ideológica com o Brasil”, na opinião do senador.

Para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), não há fatos concretos para a instalação das CPIs do BNDES e dos Fundos de Pensão (*leia mais na pág. 7*). Já no caso do Carf (*texto ao lado*), ele entende que “há elementos importantes que podem ser objeto de apuração”.



Moreira Moritz/Agência Senado

Luiz Henrique rebate acusação de interferência em internação

Luiz Henrique (PMDB-SC) vai requerer à Advocacia-Geral do Senado, à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Federal investigação sobre denúncia segundo a qual ele teria influenciado na internação da funcionária de uma rádio em um hospital público de Santa Catarina, sem levar em conta a fila de espera do SUS. O senador lamentou o que chamou de calúnia.

O diretor da rádio onde trabalha a paciente negou interferência do senador e disse que a mulher foi internada com cálculo renal em um hospital privado de Santa Catarina, onde teve a cirurgia paga por amigos.

O senador contestou ainda o vazamento de despacho investigatório do ministro do Supremo Tribunal Federal

Dias Toffoli sobre o caso, antes mesmo que o senador fosse comunicado da decisão. Segundo ele, “tanto a calúnia original quanto o vazamento criminoso” serão investigados pelas autoridades.



Genardo Magalhães/Agência Senado

O senador disse que não foi ainda citado. Para ele, a denúncia foi divulgada com o objetivo de desmoralizar o Senado e criar no país “a presunção de que todo político não

presta, de que todo homem público se serve, mas não vive para servir a comunidade”.

— Jamais pedi que atendam algum doente à frente e em prejuízo de outros, mas não virarei as costas para nenhum aflito que esteja necessitando de atendimento urgente ou correndo risco de vida — disse.

Em aparte, diversos senadores se solidarizaram com Luiz Henrique.

Humberto Costa defende gestão do PT no setor da saúde

Humberto Costa (PT-PE) citou dados e programas para provar que os governos do Partido dos Trabalhadores sempre priorizaram a saúde.

O parlamentar, que foi ministro da Saúde do governo Lula, lembrou que em 2002 a União investia no setor pouco mais de R\$ 49 bilhões e que, em 2013, a saúde já contava com R\$ 87 bilhões. Ele afirmou que os repasses em favor dos estados nos governos do PT passaram de R\$ 15,8 bilhões em 2003 para R\$ 69,5 bilhões em 2014.

Ele acrescentou que de 2010 a 2014 houve um aumento de 105% nos investimentos em atenção básica.

— Deixemos de lado essa prática de distorcer os números para que eles expressem falácias, de criar versões tortas em cima de fatos reais e vamos nos somar ao esforço para construir, com propostas e ações concretas, o sistema de saúde pública de que o Brasil precisa.

Hélio José alerta para acidentes envolvendo ciclistas em Brasília

Hélio José (PSD-DF) manifestou preocupação com acidentes



Moreira Moritz/Agência Senado

com ciclistas em Brasília. Ele lembrou o vigilante Fabrício Torres, que morreu atropelado por um motorista embriagado na sexta-feira. Segundo o senador, o motorista tentou fugir do local do acidente.

Hélio José disse que a topografia plana de Brasília estimula o uso de bicicleta como transporte, o que deveria ser mais bem aproveitado para reduzir o número de carros nas ruas. Ele observou, porém, que é preciso garantir a segurança dos ciclistas.

— Há necessidade de políticas públicas orientadas para a construção de ciclovias nos locais de acidentes, além de campanhas educativas para conscientizar a população sobre a necessidade de proteção aos ciclistas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Prejuízos em aplicações temerárias e influência política na gestão dos fundos são criticados por Aloysio e Ana Amélia



Moreira Matiz/Agência Senado

Aloysio e Ana Amélia pedem CPI sobre fundos de pensão

Objetivo é investigar supostas irregularidades no gerenciamento de fundos como Previ, Petros, Postalis e Funcef. No Senado, ministro da Previdência anunciou estudos para alterar modelo de supervisão do setor

OS SENADORES ALOYSIO Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ana Amélia (PP-RS) protocolaram pedido para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar supostas irregularidades no gerenciamento de fundos de previdência complementar de funcionários de sociedades de economia mista e de empresas públicas controladas diretamente pela União.

Entre as entidades cujas contas serão investigadas, caso seja criada a CPI, estão a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil; a Petros, da Petrobras; a Funcef, dos empregados da Caixa Econômica Federal; e o Postalis, dos Correios.

Segundo Aloysio, somente a Previ teve prejuízo de R\$ 7,8 bilhões em 2014. E esse impacto negativo pode ser atribuído, de acordo com o senador, às aplicações temerárias feitas pelos fundos de pensão:

— Fala-se até em aplicação de recursos desses fundos em títulos da dívida pública da Venezuela. A que ponto chega a temeridade na aplicação desses recursos. Mais da metade dos prejuízos contabilizados

pela chamada indústria dos fundos de pensão provém de operações prejudiciais.

Supervisão

O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, anunciou ontem, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (*leia mais na página 5*), a elaboração de estudos para alterar o modelo de supervisão dos fundos de pensão, a cargo da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O objetivo é evitar que cerca de R\$ 700 bilhões das entidades fechadas de previdência complementar e quase R\$ 200 bilhões dos regimes próprios dos estados e municípios sejam alvo de “espertezas e fraudes dos bandidos”.

O anúncio foi feito após Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ter afirmado que os maiores fundos de pensão não conseguiram atingir, em 2014, a rentabilidade mínima necessária para equilibrar os planos. O senador observou que, pelo segundo ano consecutivo, foi registrado déficit, que passou de R\$ 21,4 bilhões, em 2013, para R\$ 31,4 bilhões, em 2014.

A situação financeira mais problemática, de acordo com Ferraço, está nos maiores fundos patrocinados por empresas estatais, como Petros, Funcef e Postalis. O caso do Postalis “é emblemático”, diz o senador:

— Após seu dirigente perder milhões em operações financeiras que envolvem até títulos das dívidas argentina e venezuelana, agora os participantes são chamados a pagar a conta.

Gabas disse que a supervisão está migrando de um modelo corretivo para preventivo, baseado em risco, para “não correr atrás do prejuízo” após o dinheiro desviado. Ele disse que foi contratado um estudo por meio do Ministério do Planejamento para que se estabeleça “grande modificação nas regras de investimentos”.

Em resposta a Ana Amélia — que lamentou que influências políticas estejam criando dificuldades na gestão dos fundos das estatais —, o ministro defendeu o novo modelo de supervisão a ser adotado pela Previc, dizendo que a mudança não tem o objetivo de “tapar o buraco do queijo, mas evitar que ele seja esburacado”.

Fátima registra mobilização contra projeto de terceirização

Fátima Bezerra (PT-RN) apoiou a mobilização de entidades sociais e sindicatos contra a aprovação do projeto de lei que pode ampliar a terceirização nas relações trabalhistas. Os terceirizados representam hoje 27% do mercado formal, com 13 milhões de trabalhadores.

O projeto, segundo ela, pode ser votado a qualquer momento pela Câmara e, se aprovado, pode ampliar a terceirização para todos os setores, inclusive nas vagas relacionadas à atividade-fim das empresas contratantes.

De acordo com Fátima, não procedem os argumentos dos empresários favoráveis à aprovação da proposta. Eles alegam que ampliar a terceirização vai aumentar a formalização no mercado de

trabalho e gerar mais empregos. Um estudo citado pela senadora, feito pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra as diferenças reais relacionadas aos direitos de trabalhadores diretos e de terceirizados.

— Os terceirizados encravavam três horas a mais na jornada semanal de trabalho e enfrentavam maior rotatividade, 64% contra 33% dos diretos. Mostra, ainda, que em dezembro de 2013 a remuneração dos terceirizados era 24,7% menor que a dos contratados. O tempo de permanência no emprego, por exemplo, é de 2,7 anos, contra 5,8 anos para os trabalhadores diretos — relatou.

Para Lindbergh, proposta é tentativa de “driblar a CLT”

Lindbergh Farias (PT-RJ) manifestou preocupação ontem com o que chamou de “pauta conservadora” no Congresso. Ele deu como exemplo o projeto que trata da regulamentação da terceirização (PL 4.330/2004), em análise na Câmara. Segundo o senador, o projeto é uma tentativa de “driblar a CLT”, pois legaliza a contratação de empresa terceirizada para serviços de área-fim, livrando a contratadora das obrigações trabalhistas. Hoje, a legislação permite a contratação apenas para área-meio e torna a contratante solidária nas obrigações com os terceirizados.

Lindbergh disse, com base em pesquisas, que um empregado terceirizado costuma trabalhar três horas a mais por semana e chega a ganhar

27% a menos. O senador ainda afirmou que a aprovação do projeto pode comprometer direitos trabalhistas e criticou a disposição do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em aprovar a matéria.

— Vamos resistir nas ruas, neste Senado, na Câmara. Eduardo Cunha pode ser presidente da Câmara, mas não vai rasgar nossa Constituição, não vai mexer em direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores.



Moreira Matiz/Agência Senado

Senador registra preocupação com “pauta conservadora” no Congresso

Aprovada MP sem uso de superávit para pessoal e benefícios

A sobra de caixa do governo ao final do exercício, incluindo receitas legalmente vinculadas, não poderá ser usada para cobrir despesas primárias obrigatórias, como pagamento de funcionários públicos e benefícios da Previdência. O governo abriu mão de aprovar essa utilização, como previa a Medida Provisória 661/2014. Assim, o relatório do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) foi votado ontem pela comissão mista da MP sem a previsão de uso do superávit financeiro.

Segundo o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), a retirada do dispositivo atendeu um pedido da oposição:

— Como estamos com margem de resultado orçamen-



Sérgio Petecão presidiu colegiado que votou relatório do deputado Quintão

tário razoável, esse tema não está presente no momento. Se for necessário, voltaremos a discuti-lo no final do ano — justificou.

A comissão aprovou outros itens da MP, como o aumento do teto de endividamento de trabalhadores para até 50% do salário e a renegociação

de dívidas de caminhoneiros, que foram adicionados pelo relator, e a concessão de crédito de R\$ 30 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), prevista no texto original.

Uma das medidas amplia o teto de endividamento dos trabalhadores, aposentados e

pensionistas. Para os que estão na ativa, o limite passa de 40% para 50% do salário. Já para aposentados e pensionistas, o limite sobe de 30% para 40%. A mudança foi feita para permitir que esse acréscimo de dez pontos percentuais na margem possa ser destinado exclusivamente para amortizar dívidas com o cartão de crédito. O desconto direto na folha de pagamento, como ocorre com o crédito consignado, tem que ser autorizado pelo devedor. A dívida do cartão também poderá ser descontada de benefícios previdenciários como auxílio-doença.

Segundo o relator, a mudança foi pedida por entidades de aposentados e pensionistas, como a Confederação Brasileira de Aposentados e Pen-

sionistas (Cobap) e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sintapi, filiado à CUT).

Outra medida revoga a obrigação de o empregador ou o banco que administra o consignado viabilizar a opção de bloqueio de novos descontos. Assim, o trabalhador ou o aposentado não terá mais essa ferramenta para evitar a contratação de novos empréstimos.

O texto revoga ainda a possibilidade de o empregado solicitar o bloqueio do desconto em folha. Hoje, o bloqueio é vedado somente para descontos com autorização anterior. A retenção pelo banco de valor superior ao previsto não fará mais com que a instituição perca as garantias legais.

Com norma de 2014 que destinou royalties do petróleo para saúde e educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico perdeu 40% dos recursos

Aldo quer recuperar verbas de fundo da ciência

O MINISTRO DA Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, destacou ontem, em audiência pública no Senado, que um dos desafios do ministério é preservar e recompor o orçamento, sobretudo as perdas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Desde a regulamentação da distribuição dos recursos do petróleo, o fundo perdeu a principal fonte de financiamento, o CT-Petro, que foi incorporado ao montante destinado para saúde e educação. Com isso, 40% das receitas do FNDCT foram afetadas.

— Incompreensivelmente a ciência, a tecnologia e a inovação foram deixadas de fora. Não sei por que, mas ficaram de fora — lamentou.

Para compensar a perda, Aldo anunciou que o ministério prepara um estudo envolvendo a vinculação de recursos da parte ainda não



Observado pelo senador Cristovam Buarque, o ministro Aldo Rebelo fala na audiência: recursos para ciência e tecnologia

regulamentada do Fundo Social do Pré-Sal. O assunto foi um dos temas tratados ontem com os integrantes da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT).

O ministro foi indagado sobre a possibilidade de enviar um projeto de lei ao Congresso para regulamentar os recursos. Porém, ele disse que ainda é cedo para falar sobre o formato da proposta, ainda

sem prazo para ser fechada.

— É muito precoce dizer de que forma vai ser feito porque [a solução] tem que ser partilhada, naturalmente, com outras pretensões nessa regulamentação. Tem que ser,

no fim das contas, portanto, uma decisão da presidente da República — justificou.

Saúde e educação

Ao regulamentar a distribuição das receitas da exploração do petróleo e do gás, em 2014, o Congresso estabeleceu que 75% dos royalties serão destinados para a educação e 25% para a saúde, sendo esvaziada a parcela de royalties que abastecia o fundo setorial CT-Petro.

Além disso, depois de um acordo com o governo, ficou definido que metade dos recursos do chamado Fundo Social — poupança decorrente da exploração do pré-sal — será usada para educação e saúde. Porém, esse aporte integral será provisório. Depois de quatro anos, apenas os rendimentos do fundo serão correntemente utilizados. Um projeto de lei deve regulamentar esse uso.

Para ministro, empresas nacionais investem pouco em pesquisas

O ministro Aldo Rebelo disse aos senadores que o Brasil paga um preço muito alto pela ineficiência na área de tecnologia. Ele salientou que no quesito inovação tecnológica e pesquisa científica o país é atrasado, apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo.

Aldo disse que o Brasil já conta com instituições respeitadas e sofisticadas de pesquisa científica e também com razoável massa de recursos para a área, provenientes principalmente do setor público. Porém, observou, falta um apoio ao tripé, a seu ver a presença mais expressiva de empresas nacionais investindo em pesquisa, como ocorre nos

Estados Unidos e outros países.

— As empresas investem em pesquisa em seus países porque é lá que elas recebem incentivos para isso. Os Estados Unidos não vão dar dinheiro para a GE investir no Brasil. A Siemens não vai receber recursos do governo alemão para investir em pesquisa aqui — afirmou.

No Brasil, acrescentou o ministro, investimentos mais significativos no campo científico e tecnológico são raros. Ele destacou entre as exceções a Petrobras, a Vale, a Embraer e a Embrapa, responsáveis por importante contribuição para tornar o país mais competitivo internacionalmente.

Ao elogiar o trabalho feito

pela Embrapa, ele lembrou que a empresa pública levou o país a figurar entre os três maiores detentores de patentes na área de agricultura e pecuária no mundo, ao lado dos EUA e da China.

Ao responder a Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a Comissão de Ciência e Tecnologia, o ministro afirmou que a educação de base não deveria estar a cargo dos municípios. Na opinião de Aldo, a educação não pode ser vista apenas como um direito, pois interfere na construção do país, na formação de valores. Segundo ele, é uma questão nacional, de soberania.

— Não creio que o município seja a esfera da Federação

detentora da capacidade de perceber a educação como elemento da construção do país, como elemento central da questão nacional — avaliou Aldo.

Cristovam é autor de uma proposta que transfere para a União a responsabilidade sobre o financiamento da educação básica (PLS 320/2008).

O ministro também defendeu a implantação de uma “educação científica de qualidade desde a mais tenra idade”. Disse ser imprescindível que os estudantes tenham contato com laboratórios, por mais simples que sejam, para que a mentalidade científica seja induzida desde cedo. Assim, afirmou, as crianças poderão

fazer frente à carga de “mistificação, desinformação e deseducação, propiciada sobretudo pelos meios de comunicação”.

Em resposta a apelos dos senadores do Amazonas Omar Aziz (PSD) e Vanessa Graziotin (PCdoB), Aldo Rebelo assumiu o compromisso de atuar com outras áreas do governo federal para viabilizar as atividades do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), instalado há 12 anos em Manaus. Hélio José (PSD-DF) cobrou atenção para o projeto da Cidade Digital, no Distrito Federal.

Depois da audiência, a comissão elegeu Hélio José para assumir a vice-presidência da CCT.

Marta preside Comissão Mista de Inteligência

Marta Suplicy (PT-SP) foi escolhida por aclamação para dirigir a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). A escolha foi feita em reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ontem. A senadora terá um mandato de dois anos no cargo, podendo ser reeleita.

A comissão possui caráter permanente no Congresso Nacional com 12 titulares, sendo 6 senadores e 6 deputados. Os líderes da Maioria e da Minoria na Câmara dos Deputados e no Senado, assim como os presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado são integrantes da comissão. As lideranças da Maioria e da Minoria das duas Casas também



indicam representantes e as Comissões de Relações Exteriores de ambas as Casas elegem os indicados.

A atual presidente da CCAI é a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), que preside a Comissão de Relações

Exteriores da Câmara. A CCAI tem a função de controlar e fiscalizar as atividades de inteligência exercidas pelo Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O objetivo é assegurar que tais atividades sejam realizadas em conformidade com a Constituição e com as normas constantes do ordenamento jurídico nacional, em defesa dos direitos e das garantias individuais, do Estado e da sociedade.

Fundeb inaugura ciclo de audiências públicas

A Comissão de Educação (CE) dá início hoje, às 10h, a um ciclo de audiências sobre o financiamento da educação básica. O anúncio foi feito pela vice-presidente do colegiado, Fátima Bezerra (PT-RN, foto).

Representantes do governo, especialistas e senadores vão debater o tema “Fundeb: reformulações necessárias, perspectivas de prorrogação e desafios a vencer”. O Fundeb é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Devem comparecer o coordenador-geral de Operacionalização do Fundeb do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Vander Borges, o vice-presidente da



União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Lima, o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), José Marcelino Pinto, o presidente do Conselho

Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps, e a consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM) Mariza Abreu.

Requerimento de informações ao Ministério das Comunicações e à Anatel, reapresentado por Aloysio Nunes (PSDB-SP), foi aprovado ontem na CE. Ele quer explicações sobre o relatório do TCU que apontou em 2006 o uso de recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações para reforçar o superávit primário.